

Cresce número de brasileiros sem acesso a crédito ou compras a prazo

CCJ do Senado aprova PEC que muda forma de escolha de ministros do Supremo

Página 4

Veículos importados fecham 1º semestre com queda de 27%

Página 5

Parlamento da Venezuela é invadido e deputados ficam feridos

Um grupo de simpatizantes do governo venezuelano entrou à força na quarta-feira (5) no prédio da Assembleia Nacional (AN), de maioria opositora, e provocou ferimentos em alguns deputados que se encontravam no recinto. A informação é da agência de notícias argentina Télam.

Posteriormente, o grupo de cerca de 30 invasores foi expulso pela segurança do Parlamento. Os agressores - muitos vestidos de vermelho e armados com paus e artefatos pirotécnicos - invadiram a sede do Legislativo durante uma sessão comemorativa dos 206 anos da independência venezuelana, celebrada pelos opositores que controlam a Câmara. Página 3

Governo húngaro emprega "Caçadores das Fronteiras" para frear imigrantes

A Hungria acaba de criar uma força especial para proteger as suas fronteiras dos imigrantes que está gerando polêmica dentro e fora do país. Tratam-se dos "Caçadores das Fronteiras" (Border Hunters), as novas forças de segurança húngaras que recebem um treinamento expresso para deter os imigrantes e refugiados que chegam à fronteira do país. Página 3

Previsão do Tempo

Quinta: Sol com algumas nuvens. Não chove. 20°C

Manhã Tarde Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 3,29
Venda: 3,29

TURISMO

Compra: 3,16
Venda: 3,42

EURO

Compra: 3,73
Venda: 3,73

OURO

Compra: 118,75
Venda: 136,81

Advogado de Temer diz que denúncia é baseada em suposição e foge da realidade



O advogado Antônio Mariz (D) entrega a defesa do presidente Michel Temer ao presidente da CCIJ da Câmara, deputado Rodrigo Pacheco, que irá analisar a denúncia apresentada pela PGR

Os advogados do presidente Michel Temer afirmaram que o ponto central da defesa na denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República é o de que Temer não cometeu o crime de corrupção passiva.

Em documento protocolado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara, o advogado Antônio Cláudio Mariz de Oliveira sustenta que o presidente não cometeu "nenhum deslize de natureza moral, ética ou penal".

De acordo com Mariz, a denúncia de corrupção passiva apresentada ao Supremo Tribunal Federal é uma "fantasiosa acusação" que se baseou em uma gravação "maculada por cortes, adulterações e manipulações que lhe retiram a autenticidade", em referência ao áudio da conversa de Temer com o dono do grupo JBS, Joesley Batista.

O advogado disse ainda que apesar de a gravação ser uma "prova nula" e "clandestina", o conteúdo não traz nenhum indício que possa comprometer o presidente. Página 4

Aumentou de 21% para 25% a parcela dos brasileiros que tentaram efetuar compras a prazo ou obter algum tipo de financiamento no último mês de maio e não conseguiram, principalmente por estarem com o nome na lista de inadimplentes ou por não terem comprovante de renda.

Os dados são do Indicador de Uso do Crédito e de Propensão ao Consumo, divulgados na quarta-feira (5) pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de

Proteção ao Crédito (SPC Brasil).

O levantamento é feito mensalmente em 12 capitais das cinco regiões brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Recife, Salvador, Fortaleza, Brasília, Goiânia, Manaus e Belém. Da amostra participam 800 pessoas de todas as classes sociais, de ambos os sexos, com idade a partir dos 18 anos. O objetivo é reunir dados sobre a evolução da utilização de crédito e consumo em geral pelos consumidores. Página 3

Primeiro satélite brasileiro inicia operações e fica sob responsabilidade da FAB

Página 5

TRF4 nega dois recursos da defesa de Lula em processos da Lava Jato

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) negou na quarta-feira (5) dois pedidos de habeas corpus impetrados pela defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Solicitadas há

um mês, as ações já haviam sido negadas em decisão liminar do desembargador federal João Pedro Gebran Neto, relator dos processos da Lava Jato naquele tribunal. Página 4

Vai viajar nas férias? Suspenda alguns serviços e economize

Página 2

Esporte

Conheça os procedimentos em caso de acidente na F-1

Dizem que o esporte a motor pode ser comparado a um bando de crianças correndo no pátio da escola, quando de repente uma delas derruba um vaso, que se arrebateta no chão. O que era pra ser uma brincadeira vira um momento tenso, de apreensão, de culpa. É mais ou menos assim que todo mundo se sente quando um piloto sofre um acidente grave na Fórmula 1. Embora o risco seja inerente ao esporte, a gente esquece dele com razoável frequência, graças à evolução das pistas, dos carros e dos equipamentos de segurança para os pilotos. Página 8



Acidente de Fernando Alonso

Animação e velocidade marcaram o Adventure Camp 2017 em Brotas



O Circuito Adventure Camp, o principal evento de corrida de aventura do país, voltou em grande estilo. Depois de uma temporada ausente do calendário, a competição realizou, no final de semana, a primeira de suas duas etapas programadas para 2017. É o local não poderia ter sido melhor, a cidade de Brotas, no interior paulista, reconhecida por um dos maiores centros de prática de esportes de aventura no Brasil. Página 8

Circuito Adventure Camp 2017

Seleção brasileira enfrenta a Rússia nesta sexta-feira

Depois de uma primeira vitória, sobre o Canadá, a seleção brasileira masculina de vôlei volta ao Estádio Atlético Paranaense nesta sexta-feira (07) para o segundo jogo pela Fase Final da Liga Mundial. A equipe do Brasil terá a Rússia

como segundo adversário nesta etapa da competição onde busca o décimo título. O confronto será às 15h05, no ginásio do vôlei montado na arena do futebol, com transmissão ao vivo da Globo e do SporTV. Página 8

Brasil começa com oito vitórias em 10 jogos no torneio feminino do Major de Gstaad



Bárbara Seixas mergulha para defender bola durante partida na Suíça

O Brasil começou o Major Series de Gstaad, na Suíça, com oito vitórias em 10 jogos no torneio feminino, na quarta-feira (05). Ágatha/Duda (PR/SE), Elizete Maia/Taiana (ES/CE), Fernanda/Bárbara (RJ) e Larissa/Taila

(PA/AL) venceram os dois jogos que disputaram e estão invictas no torneio. Juliana e Carol Horta (CE) foram superadas, mas seguem com chances de classificação à fase eliminatória. Página 8

Operação combate quadrilha que falsificava produtos capilares em SP

CESAR NETO
www.cesarneto.com



HISTÓRIAS

Agora que Collor - atual senador (no PTC seu ex-PRN) por Alagoas - e Dilma (ex-PDT no PT de Lula) são histórias do Brasil enquanto os primeiros 2 Impedidos durante o mandato da Presidência (1992 e 2016), vale projetar um pouco da história de Temer (sempre PMDB). Dependendo das próximas denúncias, ...

POLÍTICAS

... pode vir a perder o frágil 'apoio' congressional que ainda tem, uma vez que se trata do 1º a ser formalmente denunciado por corrupção enquanto ocupante do cargo. Começemos com a renúncia de Jânio Quadros (1961), porque o Brasil só voltou a ter eleições diretas pra Presidência em 1989, após a promulgação ...

BRASILEIRAS

... via Congresso da Constituição (1988). Os governos militares (1964 - 1985) foram sucedidos por José Ribamar, ou 'Sarney' (ex-ARENA que virou PFL e sem o qual Tancredo - então PMDB - não ganharia de Maluf (PDS hoje PP), caso a 'justiça eleitoral' não tivesse acabado com a fidelidade partidária da época ...

NOS

... Eleito, o então ex-governador de Alagoas e mais jovem político a chegar ao cargo, antecipou em quase 30 anos o que rolou agora com Macron (zebra na eleição francesa - eleito por um pequeno partido dito de centro). A diferença é que Macron veio do meio financeiro, não precisando de um PC Farias pra ...

ANOS

... 'operar' como em 1989. Com Dilma, eleita, reeleita e monitorada por Lula (sempre PT) Em 1992, quando esta coluna diária de política estava - literalmente - nascendo, Collor caiu na tolice de crer que CPs não davam em nada e seguiriam não dando. Afinal, as demais 439 nunca serviram de base pra indiciamentos ...

80 / 90

... como no caso PC Farias (na época sem buscar malas como o Rocha que segundo o denunciante que não tem nada de herói - Joesley da JBS - 'opera' pra Temer). Em tempo: o mesmo 'colaborador' dos roubos pra ter seguir livre, leve e por enquanto solto nos EUA), faz - assim como os Odebrecht da vida - denúncias ...

DO

... de dinheiro de corrupções pra dupla Lula-Dilma. No caso Collor, quando nem existia a figura jurídica da 'colaboração premiada', o delator foi nada mais nada menos que o irmão - Pedro - de Collor. O Supremo de então, já com a presença do primo de Collor, Marco Aurélio (relator pra que Aécio - PSDB - voltasse pro ...

SÉCULO

... mandato; também acusado e 'grampeado' como Temer de pedir e receber dinheiro por fora via Joesley e o mano 'safadão' da JBS), no dia 29 de setembro a Câmara Federal votou - 441 dos 513 votos contra 36 (1º da legenda do PRN hoje PTC) - pelo 'impedimento'. Afastado, assume o vice Hamar (de volta ao PMDB) ...

20

... Daí surgiu FHC (ministro do 'plano Real' - ganhando eleição de 1994 e reeleição em 1998 - 1º turno contra Lula / PT), Collor ficou por 2 anos e quase 7 meses, PC Farias, sem marqueteiros ou 'sócios' tipo Odebrecht ou JBS, teria movimentado cerca de 1 bilhão de dólares. Collor perdeu os direitos políticos até 2002.

EDITOR

O jornalista Cesar Neto publica esta coluna diária de política desde 1992. Ela foi se tornando referência e uma via das liberdades possíveis e uma via também entre comunicações, sociedade e instituições. Ele está dirigente na Associação dos Cronistas de Política de São Paulo (Brasil).

cesar.neto@mais.com

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 110
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00
Radiobrás - Agência Brasil

Publicidade Legal
Balanços, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 115 - Lapa
Telefone: 3832-4488

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 2,30
Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

E-mail: jornalodiasp@terra.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

O Ministério Público do Estado de São Paulo e Polícia Civil deflagraram na quarta-feira (5) a Operação Reparação Absoluta, que investiga uma organização criminosa que falsificava cosméticos capilares em Franca, no interior do estado. A operação prevê o cumprimento de 20 mandados de prisão temporária, cinco de condução coercitiva, além de buscas e apreensões em 50 endereços nas cidades de Franca, Sertãozinho, Leme, Bariri e São Paulo.

De acordo com o MP, eram falsificados cosméticos das marcas L'Oréal, Silikon Mix e Revlon, utilizando substâncias nocivas à saúde e em concentração vedada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Foram encontrados com

concentração de 6% de formol. "Os criminosos atuavam há cerca de quatro anos. De acordo com estimativas, eles possuíam um faturamento mensal de aproximadamente R\$ 120 mil com os produtos falsificados. Em todo o período, o grupo totalizou um ganho ilícito de cerca de R\$ 6 milhões. Somente em vendas realizadas pela internet no período entre julho de 2015 até

o presente data, foi apurado que a organização criminosa movimentou R\$ 1,4 milhão, fazendo vítimas em todo o território brasileiro", informou o Ministério Público. Até o início da tarde, já haviam sido apreendidos mercadorias com valor estimado de R\$ 500 mil em um dos depósitos usados pela organização criminosa. (Agência Brasil)

Vai viajar nas férias? Suspenda alguns serviços e economize

Você sabia que ao deixar a residência desocupada durante um longo período, como férias, por exemplo, é possível solicitar a suspensão de alguns serviços? Para ajudar, a Fundação Procon-SP orienta o cidadão sobre como economizar. Confira as dicas abaixo:

Telefone fixo - é chamado de "desligue temporário" e o consumidor tem que estar em dia com os pagamentos. O prazo é de 30 a 120 dias, uma vez a cada 12 meses e não há cobrança

de taxa para suspensão e reativação. A assinatura mensal não pode ser cobrada.

Telefone móvel - a suspensão pode ser feita pelo prazo de 30 até 120 dias, uma vez a cada 12 meses. Não há ônus para o consumidor e também é necessário estar em dia com os pagamentos.

TV por assinatura - pode ser feita pelo prazo de 30 até 120 dias, uma vez a cada 12 meses. Não há ônus para o consumidor e também é necessário estar em dia com os pagamentos.

Água - o prazo pode ser negociado com a concessionária. Existe cobrança para a supressão e para a religação do serviço.

Energia Elétrica - cada concessionária possui regras específicas. Para verificar as condições, o consumidor precisa entrar em contato com a empresa que atende sua região.

Em todos os casos acima, é preciso entrar em contato com o SAC das empresas para fazer a solicitação. É fundamental que o consumidor anote os números

dos protocolos de atendimento.

Outros serviços
Para outros casos como Internet, academia, cursos, assinatura de revistas e jornais, é necessário verificar no contrato ou junto ao fornecedor se é possível pedir a suspensão temporária e quais as condições para isso: se há cobrança, qual o prazo e os procedimentos a serem adotados para realizar a solicitação.

Para obter mais informações, acesse o site do Procon-SP.

Novo silo de soja beneficia os produtores rurais de João Ramalho

Um silo metálico para armazenar grãos foi inaugurado na cidade de João Ramalho nesta quarta-feira (5). A instalação vai beneficiar cerca de 20 produtores rurais da região, que terão capacidade de armazenar 3 mil toneladas de soja.

O governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, e o secretário de Agricultura e Abastecimento, Arnaldo Jardim, participaram da inauguração na Associação dos Produtores Rurais de João Ramalho.

"Nós, com muita alegria, estamos integrando em João Ramalho o novo silo e a pesagem de caminhões, para a associação aqui de produtores", anunciou o governador antes de valorizar a diversidade de culturas na instalação.

"É importante diversificar aqui a produção agrícola. A produção de feijão, de milho, de amendoim, de soja. Produção de grãos e armazenamento", destacou. "Com o armazenamento você pode comercializar melhor o produto e melhorar a renda do produtor", salientou Alckmin.

A instalação foi adquirida com recursos do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II - Acesso ao Mercado do Governo Federal, que beneficiará cerca de 20 produtores rurais da região.

"O microbacia II é renda! Como é que você melhora a renda do pequeno agricultor? Quem produz leite? Pasteriza o leite e empacota, vende queijo? Você precisa agregar valor", questionou o governador, antes de explicar a importância do silo.

"Quem produz verdura precisa de um galpão para limpar a verdura, precisa de embalagem... E, no caso aqui, é armazenar para você ter, quando quiser o produto, como armazenar, padronizar e estimular o associativismo. Não é pra um agricultor: é pra associação de agricultores, é uma parceria", comentou.

No total, foram investidos R\$ 1.148.022,96, sendo R\$ 800 mil aportados pelo Banco Mundial por meio da Pasta Agrícola, com recursos do Banco Mundi-

al. E os R\$ 348.022,96 restantes em contrapartida da entidade, com recursos do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (Fcap).

O sistema de armazenamento adquirido pela Associação é composto por um silo com capacidade de armazenamento de 50 mil sacas de soja de 60 kg (3.000 toneladas). A instalação conta ainda com uma Balança Rodoviária com capacidade de 80 toneladas.

O conjunto reduzirá o custo do frete de R\$ 2,50 por saca de soja para R\$ 1,00. A unidade armazenadora proporcionará um ganho no preço de comercialização de R\$ 2,00 a R\$ 3,00 por saca de soja.

Além da redução de custo, a instalação vai garantir a padronização do produto, o que contribui para o agricultor negociar preços melhores, fortalece o associativismo, gera renda e aumento na produtividade.

A associação fez uma proposta complementar para a instalação de alambrados e portão

no local, que já foi aprovado. O valor da proposta é de R\$ 65.500,00, sendo que R\$ 38.247,00 serão aportados por meio do Projeto Microbacias II.

Iniciado em 2011, o Projeto Microbacias II - Acesso ao Mercado é um projeto do Governo paulista implementado por duas de suas secretarias, a de Agricultura e Abastecimento, por intermédio da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), e do Meio Ambiente, via Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais.

Nesses seis anos de funcionamento, o Projeto ajudou na superação de barreiras no campo. Homens e mulheres voltaram às propriedades rurais para garantir seu sustento e aprender a gerenciar o próprio negócio; tradições culturais foram mantidas; produtos agrícolas ganharam valor agregado; consumidores receberam alimentos de melhor qualidade; estradas rurais foram recuperadas; o meio ambiente foi preservado, dentre outros avanços.

Novas obras, duplicação, marginais, passarelas e ciclovias para cidadãos

A partir desta quinta-feira (6), o eixo da SP-333 entre Florínea e Borborema e algumas rodovias transversais passam a contar com investimento de 3,9 bilhões de sua nova administradora, a Entrevias Concessionária de Rodovias S/A.

A mudança na chamada Rodovia Centro-Oeste se dará em razão da previsão de melhorias e da execução de obras de recuperação exigidas em contrato no Programa de Concessões Rodoviárias do Governo do Estado de São Paulo.

A transferência foi autorizada nesta quarta-feira (5) pelo governador Geraldo Alckmin em visita a Marília, quando ressaltou o conceito que a concessionária irá implementar em sua administração. "Conceito de rodovia viva! Então, não é só recapear, mas é o conceito de atendimento ao usuário. Atendimento médico, ambulância, resgate, resgate com UTL, atendimento mecânico, guinchos, caminhão para apreensão de animais, guinchos pesados para caminhões", explicou.

A tecnologia prevista também foi esaltada. "Um sistema moderníssimo de Wi-Fi ao longo da rodovia, pesagem de caminhão em movimento, tecnologia de ponta. Já começa com 23 veículos de serviços: guinchos, ambulância, todo esse trabalho", comentou Alckmin, citando também

as obras imediatas. "Já assume a manutenção da rodovia, recapetimento, regularização, sinalização e investimentos", completou.

A Entrevias assume desde já 277 quilômetros de rodovias que eram administradas pelo DER (Departamento de Estradas de Rodagem). A ARTESP (Agência de Transportes do Estado de São Paulo) vai acompanhar o trabalho da nova administradora do trecho, que faz parte do eixo da SP-333, entre Florínea e Borborema - algumas rodovias transversais também passam a ser responsabilidade da Entrevias.

O contrato prevê a execução imediata de obras de recuperação e melhorias. Recapear o asfalto e tapar buracos estão entre as prioridades. Além disso, para os próximos 12 meses, o acordo estipula a entrega da duplicação da Rodovia Dona Leonor Mendes de Barros (SP 333), entre o km 314,4 e o km 323. Ainda no primeiro ano de contrato estão previstos investimentos de mais de R\$ 160 milhões.

"A obra mais imediata tem que estar pronta até julho do ano que vem, o contorno de Marília. Ali nós teremos 8,6 km de duplicação, sendo 4 km praticamente de marginais, 14 km de ciclovias, dispositivos de acesso e oito passarelas. E será duplicada toda a rodovia", disse o governador.

O investimento total garantido é de R\$ 3,9 bilhões durante os 30 anos da concessão. A expectativa é a nova administração proporcionar o desenvolvimento regional com ampliações na infraestrutura rodoviária, levando maior fluidez e segurança aos usuários das rodovias.

Além das obras, a Entrevias já conta com a infraestrutura necessária para atender bem o cidadão, outra exigência do contrato. Estão prontos para operar o Centro de Controle de Informações e um canal 24 horas de atendimento ao usuário (0800 3000 333). Nas rodovias, oito bases do Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU), oito ambulâncias, seis guinchos e nove veículos operacionais estão disponíveis.

Para o início das ações já foram contratadas 150 pessoas, mas a concessão deve gerar até 1.100 postos de trabalho. Entretanto, além dos empregos diretos, o governador exaltou o impacto que a melhoria da rodovia trará para a economia local.

"Nós estamos na capital do alimento, uma das melhores cidades do Brasil em qualidade de vida, saldo de emprego positivo, muitas empresas vindo pra cá... E com essa boa infraestrutura vai ficar ainda melhor", comentou Alckmin em Marília.

Além da malha de rodovias

entre Florínea (no limite com o Paraná) e Borborema (na região central do Estado), a partir de março de 2018 a Entrevias assumirá o trecho de 294 quilômetros atualmente delegados à Concessionária Vianorte.

Nesta segunda transição haverá redução média de 19% nos valores de pedágio em operação no trecho. Adicionalmente, em todas as praças deverá ser praticado desconto de 5% na tarifa para os usuários que optarem pelo pagamento eletrônico (com tags).

Operação policial faz ação contra organização que mantinha casas de jogos em SP

A Polícia Militar de São Paulo em conjunto com a Polícia Civil e demais órgãos policiais de São Paulo e região metropolitana deflagrou uma operação que tem como alvo uma organização que mantinha uma rede de casas de jogos.

Nenhum dos órgãos envolvidos deu detalhes sobre a operação. O balanço e os detalhes serão informados pelo secretário da Segurança Pública, Máximo Alves Barbosa Filho, em entrevista coletiva. (Agência Brasil)

Cresce número de brasileiros sem acesso a crédito ou compras a prazo

Aumentou de 21% para 25% a parcela dos brasileiros que tentaram efetuar compras a prazo ou obter algum tipo de financiamento no último mês de maio e não conseguiram, principalmente por estarem com o nome na lista de inadimplentes ou por não terem comprovante de renda.

Os dados são do Indicador de Uso do Crédito e de Propensão ao Consumo, divulgados na quarta-feira (5) pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil).

O levantamento é feito mensalmente em 12 capitais das cinco regiões brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Recife, Salvador, Fortaleza, Brasília, Goiânia, Manaus e Belém. Da pesquisa, participaram 800 pessoas de todas as classes sociais, de ambos os sexos, com idade a partir dos 18 anos. O objetivo é reunir dados sobre a evolução da utilização de crédito e consumo em geral pelos consumidores.

Para 46% dos consultados está difícil a obtenção de crédito. A economista-chefe do SPC

Brasil, Marcela Kawauti, disse, em nota, que "crédito fácil e desburocratizado pode parecer algo positivo para quem precisa de dinheiro imediato, mas por envolver a aplicação de juros elevados pode levar este consumidor a uma situação de inadimplência e de desajuste do orçamento".

A pesquisa mostrou que seis em cada dez consumidores brasileiros (58%) não recorreram a nenhuma modalidade de crédito. O restante (42%) indicou ter utilizado ao menos uma das opções do mercado.

As alternativas mais apontadas foram os cartões de crédito (35%) e os cartões de loja e crediário (16%). O cheque especial foi o recurso empregado por 7% dos sondados, 5% indicaram os empréstimos e 4% deles, os financiamentos.

Entre os que usaram os cartões de crédito, 65% o fizeram com compras em supermercados; 52% com remédios e outros produtos de farmácias; 37% com roupas, calçados e acessórios; 35% com combustível; e 28% em bares e restaurantes. (Agência Brasil)

INTERNACIONAL

Parlamento da Venezuela é invadido e deputados ficam feridos

Um grupo de simpatizantes do governo venezuelano entrou à força na quarta-feira (5) no prédio da Assembleia Nacional (AN), de maioria opositora, e provocou ferimentos em alguns deputados que se encontravam no recinto. A informação é da agência de notícias argentina Télam.

Posteriormente, o grupo de cerca de 30 invasores foi expulso pela segurança do Parlamento. Os agressores - muitos vestidos de vermelho e armados com paus e artefatos pirotécnicos - invadiram a sede do Legislativo durante uma sessão comemorativa dos 206 anos da independência venezuelana, celebrada pelos opositores que controlam a Câmara.

O presidente da Assembleia Nacional, o opositor Julio Borges, disse que pelo menos cinco deputados ficaram feridos - entre eles Juan José Molina, Armando Armas, Américo de Grazia, Richard Blanco e Juan Guaidó - e que sete trabalhadores do Parlamento foram agredidos. (Agência Brasil)

Governo húngaro emprega "Caçadores das Fronteiras" para frear imigrantes

A Hungria acaba de criar uma força especial para proteger as suas fronteiras dos imigrantes que está gerando polêmica dentro e fora do país. Tratam-se dos "Caçadores das Fronteiras" (Border Hunters), as novas forças de segurança húngaras que recebem um treinamento expresso para deter os imigrantes e refugiados que chegam à fronteira do país. A iniciativa é parte da implacável política anti-imigração do primeiro ministro Viktor Orban. A informação é da agência Télam.

A ideia do líder nacionalista de criar estas unidades especiais com um nome tão sugestivo colocou em alerta as organizações de direitos humanos que assistem os refugiados e que, no passado, já denunciaram abusos por parte das forças de segurança húngaras.

Os aspirantes a Border Hunters devem ser maiores de 18 anos e haver terminado o ensino médio. O salário que lhes é oferecido é de cerca de 700 euros, cerca de 20% acima do salário mínimo local.

Rota dos Balcãs

A Hungria é uma das entradas pelo leste europeu ao espaço de livre circulação Schengen da União Europeia (UE). Durante a crise migratória de 2015, milhares de refugiados e imigrantes ingressaram no território húngaro pela fronteira sul do país, através da Sérvia e da Croácia (a chamada rota dos Balcãs). Em sua maioria com o objetivo de chegar a Alemanha e outros países do coração da Europa.

Apesar da Hungria ser um país de trânsito, Orban se converteu no principal defensor do fechamento das fronteiras europeias, liderando o boicote dos países do Leste aos intentos da UE de receber os refugiados.

"Blindagem"

O primeiro ministro húngaro "blindou" seu país levantando um muro na fronteira com a Croácia e uma trincheira dupla cercada de arames farpados e eletrificados nos 150 quilômetros que separam a Hungria da Sérvia. As mesmas zonas nas quais este ano foram empregados os primeiros Border Hunters, as unidades com as que se pretende reforçar as ações de segurança que já realizam a polícia e o Exército.

Em meados de junho, o próprio Orban tomou o juramento de 1.200 jovens, a segunda turma dos "Caçadores das Fronteiras" - em janeiro já haviam se formado uns 800 -, em uma cerimônia que teve lugar na Praça dos Heróis de Budapeste.

"A Hungria não teve medo da crítica e demonstrou que se pode parar a imigração", assegurou o primeiro ministro durante o ato, vangloriando-se de sua severa política frente aos refugiados, que viola sistematicamente as leis internacionais de asilo.

O plano do governo húngaro é recrutar um total de 3 mil "Border Hunters" entre jovens que aspirem "defender seu país" e que, após um treinamento intensivo de apenas seis meses, têm direito a portar armas.

Ainda que a afluência de refugiados tenha diminuído muito depois do acordo firmado no ano passado entre a UE e a Turquia, e as extremas medidas de segurança dissuasivas da fronteira, Orban continua alimentando o medo no povo húngaro com uma perigosa retórica xenófoba e antieuropeia.

"O claro incremento da imigração ilegal na Itália, da pressão nas fronteiras da Hungria e os contínuos ataques terroristas em cidades da Europa são uma mensagem clara de que a imigração massiva é o principal desafio e ameaça da Europa", disse recentemente Orban em um discurso no Parlamento.

Estas ideias parecem encontrar eco na população. "Agora a vida na Hungria é mais perigosa por culpa da crise migratória, e este é um posto de responsabilidade na fronteira", disse à Télam a sargento Melinda Fodor-Racz, que participa dos treinamentos para tornar-se uma Border Hunter.

Lei internacional

Por outra parte, em março de este ano, o Parlamento húngaro - onde o partido governamental Fidesz tem maioria absoluta -, aprovou uma lei que estabelece que todas as pessoas que ingressem "ilegalmente" na Hungria serão detidas e transferidas a zonas de trânsito até que se decida sobre sua demanda de asilo.

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur) condenou a medida, por considerar que ela viola a lei internacional e terá um impacto físico e psicológico nestas pessoas, especialmente nas crianças. (Agência Brasil)

Mulheres receberam 23,6% menos que os homens em 2015, aponta IBGE

As trabalhadoras brasileiras ganhavam, em 2015, 23,6% menos que os trabalhadores. Dados do Cadastro Central de Empresas (Cempre) revelam que, considerando o universo de pessoas ocupadas assalariadas, os homens receberam em média R\$2.708,22 e as mulheres R\$2.191,59. O levantamento foi divulgado na quarta-feira (5) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em 2015, o país tinha 5,1 milhões de empresas e outras organizações ativas que empregavam 53,3 milhões de pessoas, sendo 46,6 milhões (87%) assalariados e 7 milhões (13%) sócias ou proprietárias. Do total de assalariados, 56% eram

homens e 44% mulheres. Em relação a 2014, o número de assalariados recuou 3,6%, sendo a queda entre os homens de 4,5% e entre as mulheres de 2,4%.

Em cinco anos, entre 2010 e 2015, o percentual de mulheres ocupadas assalariadas aumentou 1,9 ponto percentual. A maior participação feminina nesse período estava na administração pública e nas entidades sem fins lucrativos. Neste último ambiente, por exemplo, a participação das mulheres passou de 53,3% para 55,8% e a dos homens caiu de 46,7% para 44,2%, no período.

Os dados do Cempre revelam ainda que, nas entidades empresariais, embora os homens sejam

maioria, a diferença entre o número de pessoal ocupado do sexo masculino e feminino vem caindo de 2010 para cá. No período, a diferença diminuiu 5,2 pontos percentuais.

Escolaridade

Em 2015, 79,6% do pessoal ocupado assalariado não tinham nível superior e 20,4% tinham. O número de empregados com nível superior cresceu 0,4%, enquanto o pessoal sem nível superior recuou 4,5%, em relação a 2014. Logo, a participação relativa do pessoal com nível superior aumentou 0,8 ponto percentual.

A pesquisa mostra também que, entre 2010 e 2015, apesar da predominância de trabalhado-

res sem nível superior, houve acréscimo de 3,8 pontos percentuais no número de empregados com nível superior, que era de 16,6% em 2010.

Em 2015, o salário dos trabalhadores com nível superior era, em média, de R\$5.349,89 e o dos empregados sem nível superior, R\$1.745,62, uma diferença de 206,5%. Na comparação com 2014, o salário médio mensal teve queda real de 3,2%, sendo que para as mulheres esse declínio foi de 2,3% e para os homens de 3,5%. A queda no rendimento médio foi maior entre os trabalhadores sem nível superior (4,3%) do que entre os empregados com nível superior (3,8%). (Agência Brasil)

Brasil criou 11,6 mil novas empresas em 2015

O Brasil ganhou aproximadamente 11,6 mil novas empresas e outras organizações ativas em 2015, um aumento de 0,2% em relação a 2014. O número de pessoal ocupado assalariado diminuiu 3,6% - menos 1,8 milhão de trabalhadores. Os dados fazem parte do Cadastro Central de Empresas (Cempre), divulgado na quarta-feira (5) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em 2015, o país tinha 5,1 milhões de empresas e outras organizações ativas, que empregavam 53,3 milhões de pessoas, sendo 46,6 milhões (87%) assalariados e 7 milhões (13%), sócias ou proprietárias.

Em comparação com 2014, o número de sócios e proprietários caiu 0,1% no período, ou 7,7 mil pessoas. Também foi registrada queda no total de salários e outras remunerações (-4,8%) e no salário médio (-3,2%). É a primeira vez que o pessoal ocupado total e assalariado cai desde o início da série, em 2007. Os salários e outras remunerações totalizaram R\$1,6 trilhão. O salário médio mensal foi de R\$ 2.480,36 ou três salários mínimos.

Apesar da perda de empregos em 2015 em relação ao ano anterior, a pesquisa mostra que

entre 2010 e 2015, as empresas e outras organizações formais geraram 3,6 milhões de novos vínculos empregatícios, tendo passado de 43 milhões para 46,6 milhões de pessoas.

Natureza jurídica

As entidades empresariais representaram 90,4% do total de empresas do país, 75,3% do pessoal ocupado assalariado e 63% dos salários e outras remunerações. Apesar disso, pagaram os salários médios mensais mais baixos (R\$ 2.168,45). Os órgãos das administrações públicas eram 0,4% desse total, porém absorveram 18% do pessoal ocupado total, 20,7% do pessoal ocupado e pagaram 30,4% dos salários e outras remunerações. A administração pública pagou os salários médios mensais mais elevados (R\$ 3.592,33). As entidades sem fins lucrativos totalizaram 9,2% das empresas e outras organizações e foram responsáveis por 6,7% do pessoal ocupado, 7,1% do pessoal assalariado e 6,5% dos salários e outras remunerações. Essas entidades foram as que pagaram melhor depois dos órgãos da administração pública (R\$ 2.354,90).

Ainda segundo o estudo, em 2015 houve aumento de 0,6% de

empresas públicas, mais 128 empresas, e queda de 124,4 mil postos de trabalho (-1,3%). Nas entidades empresariais, houve queda de 2,9 mil empresas (-0,1%) e de 1,6 milhão em pessoal ocupado assalariado (-4,5%). Por outro lado, as entidades sem fins lucrativos aumentaram em número e pessoal ocupado, com 14,4 mil novas empresas e outras organizações (3,2%) e aumento de 16 mil novos empregados assalariados (0,2%).

Atividades econômicas

A pesquisa indica também que a seção Comércio: reparação de veículos automotores e motocicletas figura desde 2010 como a atividade que mais concentra a maior parte de pessoal ocupado assalariado, e chegou a 9,1 milhões de pessoas em 2015. Em comparação com 2014, concentrava o maior número de empresas e outras organizações (39,2%), pessoal ocupado total (22,1%) e pessoal ocupado assalariado (19,5%). Já em salários e outras remunerações ficou na terceira colocação (12,4%).

Indústrias de transformação aparecem em segundo lugar na variável pessoal ocupado total (15,4%) e salários e outras re-

munerações (17,6%). Devido à redução de 649 mil pessoas assalariadas em relação a 2014, caiu para a terceira posição em número de empresas (8,3%). A administração pública, defesa e segurança social assumiu a segunda posição em número de assalariados (16,7%) e foi a primeira colocada em salários e outras remunerações (23,5%).

Análise regional

Assim como em anos anteriores, a Região Sudeste concentrou o maior número de organizações, 2,9 milhões de unidades (51,1%), bem como de pessoas ocupadas (26,9 milhões) e dos salários e outras remunerações (R\$840,3 bilhões). A Região Sul foi a segunda com maior número de unidades (22%) e em salários e outras remunerações (16,2%). O Nordeste ficou em segundo lugar em pessoal ocupado total (18,1%) e em pessoal ocupado assalariado (18,7%) e na terceira posição em número de unidades locais (15,4%) e em salários e outras remunerações (14,6%). A Região Centro-Oeste ficou na quarta colocação em todas as variáveis analisadas e a Região Norte na quinta, com as menores participações. (Agência Brasil)

ANP inicia consulta pública para rodadas de licitação do pré-sal

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) iniciou na quarta-feira (5) consulta pública sobre pré-licitações e minutas dos contratos da 2ª e da 3ª rodadas de licitação de partilhas de produção de áreas do pré-sal.

A consulta prossegue até o dia 21 e a audiência pública relativa às licitações ocorrerá no dia 25 de julho, em local ainda a ser definido. As rodadas estão previstas para o dia 27 de outubro, no Rio de Janeiro.

A etapa pública do processo permitirá à agência "obter subs-

ídios e informações adicionais sobre os pré-licitações e minutas de contratos e propiciar aos agentes econômicos e demais interessados a possibilidade de encaminhamento de comentários e sugestões, dando publicidade e transparência às ações do órgão regulador", informou a ANP, em nota.

Segundo a agência, foram feitas mudanças nos pré-licitações e nas minutas dos contratos, resultando na simplificação do texto, na melhor organização das informações e do conteúdo, com adaptação das regras

às novas resoluções do Conselho de Política Energética (CNPPE) e legislações.

Entre as principais mudanças, estão informações específicas sobre procedimentos de individualização da produção para a 2ª Rodada; a inclusão de regras de participação, na modalidade de não-operador; dos Fundos de Investimento em Participações (FIPs); a possibilidade de aproveitamento de documentos de uma rodada para a outra; e a alteração da cláusula de conteúdo local para adaptação à Resolução CNPE de nº 07/2017.

Nos pré-licitações, destaca-se a adaptação dos textos ao direito de preferência da Petrobras em atuar como operadora. Segundo a ANP, a estatal já exerceu direito de preferência para a área unitizável adjacente ao campo de Sapinhoá, ofertada na 2ª Rodada, e para os blocos de Peroba e Alto de Cabo Frio Central, oferecidos na 3ª Rodada.

Para cada rodada, foram elaboradas duas minutas de contrato, sendo uma com e outra sem a participação de 30% da Petrobras como operadora. (Agência Brasil)

Gov. prepara nova lei de recuperação para empresas

Advogado de Temer diz que denúncia é baseada em suposição e foge da realidade

Os advogados do presidente Michel Temer afirmaram que o ponto central da defesa na denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República é o de que Temer não cometeu o crime de corrupção passiva. Em documento protocolado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara, o advogado Antônio Cláudio Mariz de Oliveira sustenta que o presidente não cometeu "nenhum deslize de natureza moral, ética ou penal".

De acordo com Mariz, a denúncia de corrupção passiva apresentada ao Supremo Tribunal Federal é uma "fantasiosa acusação" que se baseou em uma gravação "maculada por cortes, adulterações e manipulações que lhe retiram a autenticidade", em referência ao áudio da conversa de Temer com o dono do grupo JBS, Joesley Batista.

O advogado disse ainda que apesar de a gravação ser uma "prova nula" e "clandestina", o conteúdo não traz nenhum indício que possa comprometer o presidente.

"Toda a defesa do presidente Michel se centra na negação da prática do delito de corrupção. A acusação, em face da carência de elementos probatórios, recorreu aos recursos inibitórios da suposição, da hipótese e das ilações que permitiram afirmações de presidente natureza não afã de emprestar falsa aparência de uma realidade que, na verdade, é uma mera ficção", argumentou.

Após protocolar o documento de defesa de Michel Temer na CCJ da Câmara, Mariz voltou a negar que o presidente tenha cometido qualquer tipo de crime. Ele desafiou os autores da denúncia a provarem as acusações alegadas contra Temer.

"O presidente da República não cometeu corrupção passiva, e eu lanço um respeitoso desafio aos acusadores para que demonstrem através de um único indício que seja, mais frágil que seja, de que o presidente da República teria solicitado

algo, recebido algo, ou favorecido alguém. Eu lanço para mostrar que a defesa está absolutamente consciente de que a acusação não se funda em prova e sequer se funda em indício", disse.

A defesa também alegou que não houve nada anormal no encontro de Temer com o empresário Joesley Batista, em março, no Palácio do Jaburu. Ele afirmou que a acusação é fundada apenas em hipóteses e não passa de uma ficção. "A peça acusatória, com todo o respeito ao Procurador-Geral [Rodrigo Janot], a quem admira e sou amigo, é uma peça de ficção. É uma peça baseada em hipóteses e suposições, criações mentais, fruto da inteligência do Procurador-Geral, mas que fugiu da realidade, porque a realidade, mesmo que ele quisesse buscar, não encontraria nenhum elemento incriminatório contra o presidente", declarou.

O advogado mostrou um vídeo aos deputados com os principais argumentos da defesa. Para ele, os parlamentares serão tratados como "magistrados", motivo pelo qual a defesa será "técnica". "Por todo o exposto, aguarda-se com seriedade que essa Egrégia Câmara dos Deputados não conceda autorização para que o Colégio Supremo Tribunal Federal, através do presidente da República, pois prevalecerá o discernimento, o senso de justiça e o patriotismo de Vossas Excelências", escreveu.

Sobre a possibilidade de convocação do procurador-geral da República para expor os argumentos da acusação perante os membros da CCJ, Mariz concordou com a solicitação, mas ressaltou que esta é uma prerrogativa do presidente da comissão. "Seria absolutamente conveniente para que eu tivesse a oportunidade de demonstrar a ausência de provas, para eu interogá-los, porque eles foram ouvidos sem a presença da defesa", disse. (Agência Brasil)

PRF suspende resgate aéreo e outros serviços por limite no orçamento

A Polícia Rodoviária Federal vai suspender temporariamente alguns serviços devido a contingenciamento orçamentário, informou o órgão, em nota, na manhã de quarta-feira (5). Entre as medidas estão o desativamento de unidades operacionais, a suspensão imediata de resgates e policiamento aéreo e a redução de patrulhamento terrestres.

Além disso, a partir de hoje (6), serão suspensos os serviços de escolta em rodovias federais. O serviço é prestado, entre outros, a veículos com cargas superdimensionadas. O horário de funcionamento das unidades administrativas será alterado, com prioridade de atendimento ao público das 9h às 13h. As superintendências regionais divulgarão novos horários de funcionamento.

A PRF informou que o cronograma de desativação de unidades operacionais se dará conforme planejamento e adequação regional.

As medidas foram tomadas devido ao contingenciamento estabelecido no Decreto 9.018/2017, que dispõe sobre a programação financeira e orçamentária do Poder Executivo para este ano. O contingenciamento, de acordo com a PRF, resultou em limitação para aquisição de combustíveis e pagamentos de manutenção e diárias.

Segundo nota divulgada pelo órgão, as medidas foram selecionadas de modo que impactem o mínimo possível as atividades. A PRF vai priorizar o atendimento de acidentes com vítimas, auxílios que sejam de competência exclusiva da PRF e enfrentamento a ilícitos.

A Polícia Rodoviária disse que, em conjunto com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, está "em tratativas com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para que se tenha uma célere recomposição do orçamento e consequente reestabelecimento dos serviços e normalização da atuação da instituição".

Na semana passada, também devido ao contingenciamento orçamentário, a Polícia Federal suspendeu a emissão de novos passaportes. A medida vale para quem tentou fazer a solicitação depois das 22h do dia 27.

De acordo com a PF, o setor atingiu o limite de gastos previstos na Lei Orçamentária da União. Na terça-feira (5), a Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso aprovou projeto de lei que libera R\$ 102,3 milhões para que o órgão possa retomar o serviço. A matéria precisa ainda ser aprovada pelo plenário do Congresso, o que deverá ocorrer ainda nesta semana. (Agência Brasil)

A equipe econômica está concluindo uma proposta para uma nova lei de recuperação judicial que facilite a retomada das atividades de empresas em dificuldade, escreveu na quarta-feira (5) o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, em sua conta na rede social Twitter. O ministro informou que o objetivo é manter o emprego na cadeia produtiva e acelerar a recuperação das companhias com problemas de caixa.

"O objetivo das mudanças na Lei de Recuperação Judicial é facilitar o processo de retomada da atividade das empresas em dificuldade. Recuperação judicial mais rápida e segura permite que empresas voltem a operar e preservem os empregos de funcionários e de fornecedores", escreveu o ministro.

O texto aprovado é um substitutivo à PEC 44/2012. A lista será elaborada por um colegiado composto pelos presidentes do STF, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), do Tribunal Superior do Trabalho (TST), do Superior Tribunal Militar (STM), do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); e ainda pelo procurador-geral da República e pelo defensor público-geral federal.

Não podem figurar na lista pessoas que, nos quatro anos anteriores à indicação, tenham exercido mandato eletivo, atuado como ministro, procurador-geral da República ou advogado-geral da União. Além disso, o texto estabelece um novo critério de escolha, o de que o indicado tenha pelo menos 15 anos de atividade jurídica. Atualmente, os critérios incluem notório saber jurídico e reputação ilibada.

Mandato
A PEC modifica ainda o

tempo de permanência dos ministros de cargo. Atualmente, uma vez aprovada a indicação do ministro, ele fica no cargo até completar 75 anos. Pelo texto, eles passarão a ter um mandato de dez anos, sem recondução.

A PEC vai tramitar a partir de agora no plenário do Senado, onde precisará ser votada em dois turnos. Se for aprovada, seguirá para análise da Câmara dos Deputados. (Agência Brasil)

CCJ do Senado aprova PEC que muda forma de escolha de ministros do Supremo

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou na quarta-feira (5) uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que muda a regra para escolha de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e institui mandato de 15 anos.

Pelo texto aprovado, os novos ministros passam a ser escolhidos pelo presidente da República a partir de uma lista tripartite, como já ocorre atualmente em outros cargos, como o de procurador-geral da República.

Os advogados de Michel Temer entregaram na quarta-feira (5) a defesa do presidente à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJ) que irá analisar a denúncia apresentada pelo Procurador-Geral da República (PGR). A defesa foi entregue às 16h pelos advogados Antônio Mariz e Gustavo Guedes.

Caberá agora ao relator, deputado Sérgio Zveiter (PMDB-RJ), analisar a denúncia e os argumentos da defesa de Temer para elaborar o parecer sobre a

admissibilidade ou não.

Pelo cronograma definido na CCJ, o relator deverá entregar parecer e voto na próxima segunda-feira (10) para leitura e discussão. Após essa etapa, a defesa do presidente Temer poderá se manifestar. Também é possível ter pedido de vista coletivo por até duas sessões da Câmara, o qual será concedido pelo presidente da CCJ, deputado Rodrigo Pacheco (PMDB-MG). (Agência Brasil)

O plenário do Senado aprovou na quarta-feira (5) o projeto de lei que cancela o pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor federais que não sejam sacados no período máximo de dois anos. Pelo texto, caso os credores não esgotem os valores depositados pela União dentro desse prazo, o dinheiro voltará para a conta do Tesouro Nacional.

A oposição era contrária ao Projeto de Lei da Câmara (PLC

57/2017) e chegou a entrar em obstrução para impedir a votação. No entanto, para não prejudicar o debate sobre a reforma trabalhista, que começaria em seguida, os opositoristas saíram da obstrução. O projeto foi analisado em regime de urgência, aprovado desde a sessão de ontem.

"É impensável um projeto de lei que fala que, decorridos dois anos de os recursos estarem depositados em conta judicial, a

favor de um credor que ganhou o direito na Justiça, se o proprietário do recurso não sacar o dinheiro, se faz imediatamente o confisco. Isso é confisco! Não há outra palavra", afirmou a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

O senador José Serra (PSDB-SP), no entanto, defendeu o projeto e lembrou que, enquanto o dinheiro fica parado na conta, apenas as instituições financeiras lucram com ele. "Eu

entendo que se trata de recursos que estão ociosos, remunerando outras instituições. Isso não tem cabimento em um momento de aperto fiscal. E nós não podemos aqui votar no quanto pior melhor. Trata-se de recursos ociosos. Insisto, que, inclusive, serão em parte direcionados à educação", afirmou.

O projeto foi aprovado sem alterações e segue agora para sanção do presidente Michel Temer. (Agência Brasil)

relatório

O relatório de Roberto Rocha resalta os "aspectos notá-

veis da atuação profissional e acadêmica" de Raquel Dodge. O relator também elencou alguns pontos do currículo da indicada, pontuando sua formação no exterior e alguns fatos de sua carreira no Ministério Público.

"Foi designada pelo Procurador-Geral da República para desempenhar, por delegação, importantes funções em casos específicos, como a per-

secução criminal ao então deputado Hildebrando Paschoal e a liderança da chamada Operação Caixa de Pandora, que teve envolvimento de seus pontos culminantes a prisão - inédita e iniciada até hoje - de um governador no exercício de suas funções, o então governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda", lembra Rocha. (Agência Brasil)

clarecidos nos autos de outro modo", afirmou o desembargador.

A segunda ação questionava a veracidade de um e-mail apresentado pela defesa do ex-presidente da OAS José Aldemário Pinheiro, o Leo Pinheiro. Os advogados de Lula disseram que o documento, datado de 2012, faz referência a uma notícia publicada apenas em 2016. O requerimento que pedia processo de indenização do incidente como falso havia sido indeferido em primei-

ra instância por Moro.

O processo também foi negado pelos desembargadores do TRF4. Eles entenderam que o habeas corpus não é o instrumento processual adequado em tais casos. Durante a votação, Gabeira avaliou as falsidades apontadas pela defesa de Lula como controvérsias do advogado de Monteiro.

Os dois pedidos de habeas corpus foram rejeitados pela 8ª Turma do TRF4 por unanimidade. (Agência Brasil)

MEC libera R\$ 287 mi para conservação de escolas

O Ministério da Educação

librou R\$ 286,97 milhões para escolas públicas de educação básica de todo o país. O montante foi repassado por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) às unidades executoras de escolas estaduais e municipais, e é referente à primeira parcela do Programa Dinheiro Direto na Escola de 2017.

Segundo o MEC, os recursos deverão beneficiar cerca de 21,7 milhões de alunos em 85,7 mil escolas. O benefício é destinado a pequenos reparos nas unidades de ensino e manuten-

ção e conservação da infraestrutura das instituições. A verba também pode ser utilizada para a compra de material de consumo e de bens permanentes. O valor é pago às escolas em duas parcelas durante o ano.

O PDDE foi criado em 1995, com o objetivo de prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos. (Agência Brasil)

Advogados de Temer entregam defesa à Comissão de Constituição e Justiça

Os advogados de Michel

Temer entregaram na quarta-feira (5) a defesa do presidente à

Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJ) que irá

analisar a denúncia apresentada pelo Procurador-Geral da República

(PGR). A defesa foi entregue às 16h pelos advogados Antônio

Mariz e Gustavo Guedes.

Caberá agora ao relator, deputado Sérgio Zveiter (PMDB-RJ),

analisar a denúncia e os argumentos da defesa de Temer para

elaborar o parecer sobre a

admissibilidade ou não.

Pelo cronograma definido na CCJ, o relator deverá entregar

parecer e voto na próxima segunda-feira (10) para leitura e

discussão. Após essa etapa, a defesa do presidente Temer poderá se manifestar. Também é possível ter pedido de vista coletivo por até duas sessões da Câmara, o qual será concedido pelo presidente da CCJ, deputado Rodrigo Pacheco (PMDB-MG). (Agência Brasil)

Projeto que cancela precatórios não sacados é aprovado e vai à sanção de Temer

O plenário do Senado aprovou na quarta-feira (5) o projeto de lei que cancela o pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor federais que não sejam sacados no período máximo de dois anos. Pelo texto, caso os credores não esgotem os valores depositados pela União dentro desse prazo, o dinheiro voltará para a conta do Tesouro Nacional.

A oposição era contrária ao Projeto de Lei da Câmara (PLC

57/2017) e chegou a entrar em obstrução para impedir a votação. No entanto, para não prejudicar o debate sobre a reforma trabalhista, que começaria em seguida, os opositoristas saíram da obstrução. O projeto foi analisado em regime de urgência, aprovado desde a sessão de ontem.

"É impensável um projeto de lei que fala que, decorridos dois anos de os recursos estarem depositados em conta judicial, a

favor de um credor que ganhou o direito na Justiça, se o proprietário do recurso não sacar o dinheiro, se faz imediatamente o confisco. Isso é confisco! Não há outra palavra", afirmou a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

O senador José Serra (PSDB-SP), no entanto, defendeu o projeto e lembrou que, enquanto o dinheiro fica parado na conta, apenas as instituições financeiras lucram com ele. "Eu

entendo que se trata de recursos que estão ociosos, remunerando outras instituições. Isso não tem cabimento em um momento de aperto fiscal. E nós não podemos aqui votar no quanto pior melhor. Trata-se de recursos ociosos. Insisto, que, inclusive, serão em parte direcionados à educação", afirmou.

O projeto foi aprovado sem alterações e segue agora para sanção do presidente Michel Temer. (Agência Brasil)

relatório

O relatório de Roberto Rocha resalta os "aspectos notá-

veis da atuação profissional e acadêmica" de Raquel Dodge. O relator também elencou alguns pontos do currículo da indicada, pontuando sua formação no exterior e alguns fatos de sua carreira no Ministério Público.

"Foi designada pelo Procurador-Geral da República para desempenhar, por delegação, importantes funções em casos específicos, como a per-

secução criminal ao então deputado Hildebrando Paschoal e a liderança da chamada Operação Caixa de Pandora, que teve envolvimento de seus pontos culminantes a prisão - inédita e iniciada até hoje - de um governador no exercício de suas funções, o então governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda", lembra Rocha. (Agência Brasil)

clarecidos nos autos de outro modo", afirmou o desembargador.

A segunda ação questionava a veracidade de um e-mail apresentado pela defesa do ex-presidente da OAS José Aldemário Pinheiro, o Leo Pinheiro. Os advogados de Lula disseram que o documento, datado de 2012, faz referência a uma notícia publicada apenas em 2016. O requerimento que pedia processo de indenização do incidente como falso havia sido indeferido em primei-

ra instância por Moro.

O processo também foi negado pelos desembargadores do TRF4. Eles entenderam que o habeas corpus não é o instrumento processual adequado em tais casos. Durante a votação, Gabeira avaliou as falsidades apontadas pela defesa de Lula como controvérsias do advogado de Monteiro.

Os dois pedidos de habeas corpus foram rejeitados pela 8ª Turma do TRF4 por unanimidade. (Agência Brasil)

Sabatina de Raquel Dodge é marcada para o dia 12

O plenário do Senado aprovou na quarta-feira (5) o projeto de lei que cancela o pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor federais que não sejam sacados no período máximo de dois anos. Pelo texto, caso os credores não esgotem os valores depositados pela União dentro desse prazo, o dinheiro voltará para a conta do Tesouro Nacional.

A oposição era contrária ao Projeto de Lei da Câmara (PLC

57/2017) e chegou a entrar em obstrução para impedir a votação. No entanto, para não prejudicar o debate sobre a reforma trabalhista, que começaria em seguida, os opositoristas saíram da obstrução. O projeto foi analisado em regime de urgência, aprovado desde a sessão de ontem.

"É impensável um projeto de lei que fala que, decorridos dois anos de os recursos estarem depositados em conta judicial, a

favor de um credor que ganhou o direito na Justiça, se o proprietário do recurso não sacar o dinheiro, se faz imediatamente o confisco. Isso é confisco! Não há outra palavra", afirmou a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

O senador José Serra (PSDB-SP), no entanto, defendeu o projeto e lembrou que, enquanto o dinheiro fica parado na conta, apenas as instituições financeiras lucram com ele. "Eu

entendo que se trata de recursos que estão ociosos, remunerando outras instituições. Isso não tem cabimento em um momento de aperto fiscal. E nós não podemos aqui votar no quanto pior melhor. Trata-se de recursos ociosos. Insisto, que, inclusive, serão em parte direcionados à educação", afirmou.

O projeto foi aprovado sem alterações e segue agora para sanção do presidente Michel Temer. (Agência Brasil)

relatório

O relatório de Roberto Rocha resalta os "aspectos notá-

veis da atuação profissional e acadêmica" de Raquel Dodge. O relator também elencou alguns pontos do currículo da indicada, pontuando sua formação no exterior e alguns fatos de sua carreira no Ministério Público.

"Foi designada pelo Procurador-Geral da República para desempenhar, por delegação, importantes funções em casos específicos, como a per-

secução criminal ao então deputado Hildebrando Paschoal e a liderança da chamada Operação Caixa de Pandora, que teve envolvimento de seus pontos culminantes a prisão - inédita e iniciada até hoje - de um governador no exercício de suas funções, o então governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda", lembra Rocha. (Agência Brasil)

clarecidos nos autos de outro modo", afirmou o desembargador.

A segunda ação questionava a veracidade de um e-mail apresentado pela defesa do ex-presidente da OAS José Aldemário Pinheiro, o Leo Pinheiro. Os advogados de Lula disseram que o documento, datado de 2012, faz referência a uma notícia publicada apenas em 2016. O requerimento que pedia processo de indenização do incidente como falso havia sido indeferido em primei-

ra instância por Moro.

O processo também foi negado pelos desembargadores do TRF4. Eles entenderam que o habeas corpus não é o instrumento processual adequado em tais casos. Durante a votação, Gabeira avaliou as falsidades apontadas pela defesa de Lula como controvérsias do advogado de Monteiro.

Os dois pedidos de habeas corpus foram rejeitados pela 8ª Turma do TRF4 por unanimidade. (Agência Brasil)

Advogados de Temer entregam defesa à Comissão de Constituição e Justiça

Os advogados de Michel

Temer entregaram na quarta-feira (5) a defesa do presidente à

Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJ) que irá

analisar a denúncia apresentada pelo Procurador-Geral da República

(PGR). A defesa foi entregue às 16h pelos advogados Antônio

Mariz e Gustavo Guedes.

Caberá agora ao relator, deputado Sérgio Zveiter (PMDB-RJ),

analisar a denúncia e os argumentos da defesa de Temer para

elaborar o parecer sobre a

admissibilidade ou não.

Pelo cronograma definido na CCJ, o relator deverá entregar

parecer e voto na próxima segunda-feira (10) para leitura e

discussão. Após essa etapa, a defesa do presidente Temer poderá se manifestar. Também é possível ter pedido de vista coletivo por até duas sessões da Câmara, o qual será concedido pelo presidente da CCJ, deputado Rodrigo Pacheco (PMDB-MG). (Agência Brasil)

Projeto que cancela precatórios não sacados é aprovado e vai à sanção de Temer

O plenário do Senado aprovou na quarta-feira (5) o projeto de lei que cancela o pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor federais que não sejam sacados no período máximo de dois anos. Pelo texto, caso os credores não esgotem os valores depositados pela União dentro desse prazo, o dinheiro voltará para a conta do Tesouro Nacional.

A oposição era contrária ao Projeto de Lei da Câmara (PLC

57/2017) e chegou a entrar em obstrução para impedir a votação. No entanto, para não prejudicar o debate sobre a reforma trabalhista, que começaria em seguida, os opositoristas saíram da obstrução. O projeto foi analisado em regime de urgência, aprovado desde a sessão de ontem.

"É impensável um projeto de lei que fala que, decorridos dois anos de os recursos estarem depositados em conta judicial, a

favor de um credor que ganhou o direito na Justiça, se o proprietário do recurso não sacar o dinheiro, se faz imediatamente o confisco. Isso é confisco! Não há outra palavra", afirmou a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

O senador José Serra (PSDB-SP), no entanto, defendeu o projeto e lembrou que, enquanto o dinheiro fica parado na conta, apenas as instituições financeiras lucram com ele. "Eu

entendo que se trata de recursos que estão ociosos, remunerando outras instituições. Isso não tem cabimento em um momento de aperto fiscal. E nós não podemos aqui votar no quanto pior melhor. Trata-se de recursos ociosos. Insisto, que, inclusive, serão em parte direcionados à educação", afirmou.

O projeto foi aprovado sem alterações e segue agora para sanção do presidente Michel Temer. (Agência Brasil)

relatório

O relatório de Roberto Rocha resalta os "aspectos notá-

veis da atuação profissional e acadêmica" de Raquel Dodge. O relator também elencou alguns pontos do currículo da indicada, pontuando sua formação no exterior e alguns fatos de sua carreira no Ministério Público.

"Foi designada pelo Procurador-Geral da República para desempenhar, por delegação, importantes funções em casos específicos, como a per-

secução criminal ao então deputado Hildebrando Paschoal e a liderança da chamada Operação Caixa de Pandora, que teve envolvimento de seus pontos culminantes a prisão - inédita e iniciada até hoje - de um governador no exercício de suas funções, o então governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda", lembra Rocha. (Agência Brasil)

clarecidos nos autos de outro modo", afirmou o desembargador.

A segunda ação questionava a veracidade de um e-mail apresentado pela defesa do ex-presidente da OAS José Aldemário Pinheiro, o Leo Pinheiro. Os advogados de Lula disseram que o documento, datado de 2012, faz referência a uma notícia publicada apenas em 2016. O requerimento que pedia processo de indenização do incidente como falso havia sido indeferido em primei-

ra instância por Moro.

O processo também foi negado pelos desembargadores do TRF4. Eles entenderam que o habeas corpus não é o instrumento processual adequado em tais casos. Durante a votação, Gabeira avaliou as falsidades apontadas pela defesa de Lula como controvérsias do advogado de Monteiro.

Os dois pedidos de habeas corpus foram rejeitados pela 8ª Turma do TRF4 por unanimidade. (Agência Brasil)

Sabatina de Raquel Dodge é marcada para o dia 12

O plenário do Senado aprovou na quarta-feira (5) o projeto de lei que cancela o pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor federais que não sejam sacados no período máximo de dois anos. Pelo texto, caso os credores não esgotem os valores depositados pela União dentro desse prazo, o dinheiro voltará para a conta do Tesouro Nacional.

A oposição era contrária ao Projeto de Lei da Câmara (PLC

57/2017) e chegou a entrar em obstrução para impedir a votação. No entanto, para não prejudicar o debate sobre a reforma trabalhista, que começaria em seguida, os opositoristas saíram da obstrução. O projeto foi analisado em regime de urgência, aprovado desde a sessão de ontem.

"É impensável um projeto de lei que fala que, decorridos dois anos de os recursos estarem depositados em conta judicial, a

favor de um credor que ganhou o direito na Justiça, se o proprietário do recurso não sacar o dinheiro, se faz imediatamente o confisco. Isso é confisco! Não há outra palavra", afirmou a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

O senador José Serra (PSDB-SP), no entanto, defendeu o projeto e lembrou que, enquanto o dinheiro fica parado na conta, apenas as instituições financeiras lucram com ele. "Eu

entendo que se trata de recursos que estão ociosos, remunerando outras instituições. Isso não tem cabimento em um momento de aperto fiscal. E nós não podemos aqui votar no quanto pior melhor. Trata-se de recursos ociosos. Insisto, que, inclusive, serão em parte direcionados à educação", afirmou.

O projeto foi aprovado sem alterações e segue agora para sanção do presidente Michel Temer. (Agência Brasil)

relatório

O relatório de Roberto Rocha resalta os "aspectos notá-

veis da atuação profissional e acadêmica" de Raquel Dodge. O relator também elencou alguns pontos do currículo da indicada, pontuando sua formação no exterior e alguns fatos de sua carreira no Ministério Público.

"Foi designada pelo Procurador-Geral da República para desempenhar, por delegação, importantes funções em casos específicos, como a per-

secução criminal ao então deputado Hildebrando Paschoal e a liderança da chamada Operação Caixa de Pandora, que teve envolvimento de seus pontos culminantes a prisão - inédita e iniciada até hoje - de um governador no exercício de suas funções, o então governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda", lembra Rocha. (Agência Brasil)

clarecidos nos autos de outro modo", afirmou o desembargador.

A segunda ação questionava a veracidade de um e-mail apresentado pela defesa do ex-presidente da OAS José Aldemário Pinheiro, o Leo Pinheiro. Os advogados de Lula disseram que o documento, datado de 2012, faz referência a uma notícia publicada apenas em 2016. O requerimento que pedia processo de indenização do incidente como falso havia sido indeferido em primei-

ra instância por Moro.

O processo também foi negado pelos desembargadores do TRF4. Eles entenderam que o habeas corpus não é o instrumento processual adequado em tais casos. Durante a votação, Gabeira avaliou as falsidades apontadas pela defesa de Lula como controvérsias do advogado de Monteiro.

Os dois pedidos de habeas corpus foram rejeitados pela 8ª Turma do TRF4 por unanimidade. (Agência Brasil)

Advogados de Temer entregam defesa à Comissão de Constituição e Justiça

Os advogados de Michel

Temer entregaram na quarta-feira (5) a defesa do presidente à

Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJ) que irá

analisar a denúncia apresentada pelo Procurador-Geral da República

(PGR). A defesa foi entregue às 16h pelos advogados Antônio

Conheça os procedimentos em caso de acidente na F-1

Por **Tiago Mendonça**

Dizem que o esporte a motor pode ser comparado a um bando de crianças correndo no pátio da escola, quando de repente uma delas derruba um vaso, que se arrebenta no chão. O que era pra ser uma brincadeira vira um momento tenso, de apreensão, de culpa. É mais ou menos assim que todo mundo se sente quando um piloto sofre um acidente grave na Fórmula 1.

Embora o risco seja inerente ao esporte, a gente esquece dele com razoável frequência, graças à evolução das pistas, dos carros e dos equipamentos de segurança para os pilotos.

Só que em cada Grande Prêmio, do lado de fora da pista, pode crer que existe um time numeroso que passa meses só pensando nisso: e se algo der errado?

Estamos falando da equipe médica, que aqui no Brasil é liderada pelo Dr. Dino Altmann. Lá no autódromo de Interlagos, Dino coordena 22 médicos de diferentes especialidades, como neurologia, traumatologia, cardiologia e ortopedia, entre outras. São eles que farão o primeiro atendimento a qualquer piloto (ou membro das equipes) que necessite de cuidados durante a 46ª edição do Grande Prêmio do Brasil, marcada para os dias 10, 11 e 12 de novembro.

Durante a apresentação do Leforte como hospital oficial da corrida, a gente bateu um papo com o Dr. Dino Altmann, justamente pra entender melhor como funcionam esses minuciosos e rigorosos procedimentos de resgate e atendimento na Fórmula 1.

Atendimento na pista

Sempre que acontece um acidente na Fórmula 1, não demora mais do que alguns segundos para que o carro médico e uma ambulância cheguem ao local. O circuito é mapeado e as equipes de socorro posicionadas de forma estratégica para que este primeiro atendimento seja realiza-

do o mais rápido possível. Entre enfermeiros, farmacêuticos e socorristas, são 120 pessoas especializadas e treinadas para o resgate em pista, incluindo extração dos pilotos.

Assim que a situação é normalizada, e o paciente estabilizado, ele é levado para o centro médico do autódromo, que opera como um hospital remoto, com dois leitos de UTI, três leitos de emergência (sendo um só pra queimaduras), farmácia, banco de sangue, laboratório e equipamentos de exames de imagem.

“O que chama mais atenção é o número de pessoas dentro do autódromo, a estrutura do centro médico. É muito maior do que precisa – e nos últimos anos estamos trabalhando com a FIA [Federação Internacional de Automobilismo] para otimizar esse número. Na prática, o centro médico é um apoio, não é pra tratar ninguém. Lá é pro primeiro atendimento, pra que a gente tenha um transporte mais seguro. Às vezes, isso inclui acesso venoso, suporte respiratório, monitorização cardíaca, controle de sangramento, fratura. E temos estrutura pra fazer isso rapidamente. Qualquer paciente que necessite de uma melhor avaliação ou de exames mais detalhados, a recomendação é que ele seja transferido para o hospital”, comenta Dino Altmann, diretor médico do GP do Brasil de F-1.

Em casos de menor gravidade, o piloto pode ser atendido e liberado do centro médico em alguns minutos, graças aos exames clínicos e à estrutura que permitem avaliar rapidamente se ele precisa ou não de mais cuidados, oferecendo assim a possibilidade de dar alta ao paciente ali mesmo. Se não for possível, ele é transferido para o hospital.

Transporte para o hospital

O GP do Brasil terá dois hospitais preparados para receber pacientes no fim de semana de corrida: as unidades do Leforte nos bairros da Liberdade e do Morumbi. O transporte para qual-

quer um desses hospitais precisa ser feito de helicóptero. É exigência da FIA.

É por isso que, quando o helicóptero não possui condições de levantar voo, seja pelas más condições climáticas ou por qualquer outro motivo, as sessões de treino e a corrida não são realizadas (ou então são paralisadas). Porém, pode haver a necessidade de resgate terrestre.

Foi o que aconteceu no caso do francês Jules Bianchi, que sofreu um grave acidente no GP do Japão de 2014, em Suzuka. Naquele caso específico, a informação oficial era de que a variação de pressão de uma viagem aérea poderia piorar o quadro do piloto, que era gravíssimo. Optou-se pelo transporte de ambulância de Ricardo Zonta, em 1999, e de Fernando Alonso, em 2003.

“Tivemos essas duas situações, que foram as mais preocupantes. O Alonso não teve nenhuma lesão importante, apenas um trauma craniano, o que a gente chama de concussão, que é uma lesão cerebral mínima. Já o Zonta teve ruptura de tendão, fratura no pé, e ficou inclusive fora de algumas corridas”, afirma Dino.

Atendimento no hospital

Por que dois hospitais, se eles possuem a mesma estrutura?

É que isso é fundamental caso exista mais de um atendimento sendo realizado no mesmo fim de semana. A orientação é para que, nessas circunstâncias, os pacientes sejam distribuídos entre os dois hospitais, onde no geral há uma equipe de mais de 2.500 pessoas preparadas para atendimentos de emergência.

A qualidade da rede hospitalar de São Paulo, e os cuidados da organização da corrida, fazem com que o GP do Brasil seja referência no atendimento médico na Fórmula 1 já há alguns anos.

“O Brasil está entre os três melhores serviços de atendimento médico da Fórmula 1. Exatamente pela capacidade e pela es-

trutura que a cidade de São Paulo tem. Nesse quesito, ela está muito à frente de outras pistas tradicionais, como Mônaco”, afirma Tamas Rohony, promotor do GP do Brasil.

O Leforte acabou ganhando a preferência como hospital oficial da corrida em virtude, também, da boa experiência nas 6 horas de São Paulo, antiga prova do calendário do Mundial de Endurance (corrida de longa duração), que seguia as regras e exigências da FIA.

O que já aconteceu aqui

O Dr. Dino Altmann trabalha há 27 anos na Fórmula 1 e, neste período, foram poucas as vezes em que precisou acionar toda esta equipe e esta estrutura. Os casos mais graves foram os de Ricardo Zonta, em 1999, e de Fernando Alonso, em 2003.

“Tivemos essas duas situações, que foram as mais preocupantes. O Alonso não teve nenhuma lesão importante, apenas um trauma craniano, o que a gente chama de concussão, que é uma lesão cerebral mínima. Já o Zonta teve ruptura de tendão, fratura no pé, e ficou inclusive fora de algumas corridas”, afirma Dino.

O acidente de Alonso em Interlagos entra na conta das inúmeras vezes em que ele se viu em perigo na Fórmula 1. Enfrentando, inclusive, outras concussões. Mas segundo o Dr. Dino Altmann, a medicina não vê problema na repetição de lesões como esta, desde que elas sejam devidamente espaçadas e o paciente já esteja recuperado.

“Uma pessoa pode sofrer várias concussões ao longo da vida”, comenta Dino Altmann. “O problema é ter uma segunda concussão ainda se recuperando da primeira. Isso é o que se conhece como ‘lesão do boxeador’”. São quadros muito comuns no futebol americano e podem levar a mal de Parkinson, demência e outras doenças degenerativas. Mas quando são espaçadas, não há nenhum problema conhecido pela comunidade médica”.

Animação e velocidade marcaram o Adventure Camp 2017 em Brotas

Retorno da competição foi festejado por todos. Segunda etapa será em Mogi das Cruzes, no dia 8 de outubro



Circuito Adventure Camp 2017

O Circuito Adventure Camp, o principal evento de corrida de aventura do país, voltou em grande estilo. Depois de uma temporada ausente do calendário, a competição realizou, no final de semana, a primeira de suas duas etapas programadas para 2017. E o local não poderia ter sido melhor, a cidade de Brotas, no interior paulista, reconhecidamente um dos maiores centros de prática de esportes de aventura no Brasil.

Neste clima de retorno, o que se viu foi uma prova animada e extremamente técnica, com as equipes se esforçando para superar os desafios nos percursos Light (30km) e Pró (50km), conseguindo terminar a prova antes do previsto.

“Muito bom retornar o Circuito Adventure Camp, especialmente na cidade de Brotas. O clima entre os participantes foi muito bom e pudemos ver que as equipes seguem em forma. Foi um final de semana muito legal, com o Projeto na Trilha Certa, o Circuito Energia e o Camp, e temos a certeza que será ainda melhor na segunda etapa, em Mogi das Cruzes”, destaca Sérgio Zolino, diretor-geral da Adventure Camp.

Após trechos de trekking, canoagem, mountain bike e técnicas verticais, os mais bem colocados no geral foram as equipes Quasar Lontra Kaiash, quarteto misto na Pró, com 4h12min10seg, e Bozô Terrestre, dupla masculina na Light, em 2h21min07seg. Na Solo Pró, o melhor foi Erasmo José Santos Cardoso, quarto no geral, com 4h19min25seg. Ao todo, 350 inscritos participaram da etapa de Brotas, divididos pelas categorias.

A briga pelo topo do pódio no percurso de 12 km foi mais tranquila no masculino e feminino. Anderson Paulo venceu entre os homens com 43min56seg, com mais de um minuto de vantagem para o segundo colocado, Alex Dias de Souza, 45min03seg. Ademir da Cruz chegou em terceiro, 45min15seg. No feminino, Gabriela de Carvalho ganhou com a marca de 56min10seg, seguida por Licimara Felix, 58min49seg, e Marulú Lúcia Ferreira, 1h06min20seg.

O evento é uma realização do Adventure CLUB com patrocínio de CPFL Energia, apoio do Instituto CPFL e apoio institucional da prefeitura de Brotas. Mais informações no site www.adventurecamp.com.br

Dupla Local
A primeira etapa a cruzar a linha de chegada no CIAM (Centro de Interpretação Ambiental), onde foi montada a arena do evento, foi a Bozô Terrestre, da cidade de Brotas, formada por Tiago e Coré. Eles sobram a prova vencendo com muita facilidade e boa vantagem para os segundos colocados, da equipe Bicho do Mato, também da cidade. “Ajuda muito conhecer o local, é um ponto positivo. Mas devemos a vitória a muito treino, que faz a diferença no final. Percurso difícil, duro na corrida e pedal, e mais tranquilo na canoagem, já que estamos em casa. Foi muito bom retornar ao Camp e com uma vitória em casa”, destacou Tiago.

Circuito Energia

No sábado, a programação começou cedo com o Circuito Energia, disputa de corrida de montanha com percursos de 6 e 12 km. Um calor e o terreno arenoso foram os maiores problemas para os inscritos.

“Muito bom retornar o Circuito Adventure Camp, especialmente na cidade de Brotas. O clima entre os participantes foi muito bom e pudemos ver que as equipes seguem em forma. Foi um final de semana muito legal, com o Projeto na Trilha Certa, o Circuito Energia e o Camp, e temos a certeza que será ainda melhor na segunda etapa, em Mogi das Cruzes”, destaca Sérgio Zolino, diretor-geral da Adventure Camp.

Após trechos de trekking, canoagem, mountain bike e técnicas verticais, os mais bem colocados no geral foram as equipes Quasar Lontra Kaiash, quarteto misto na Pró, com 4h12min10seg, e Bozô Terrestre, dupla masculina na Light, em 2h21min07seg. Na Solo Pró, o melhor foi Erasmo José Santos Cardoso, quarto no geral, com 4h19min25seg. Ao todo, 350 inscritos participaram da etapa de Brotas, divididos pelas categorias.

A briga pelo topo do pódio no percurso de 12 km foi mais tranquila no masculino e feminino. Anderson Paulo venceu entre os homens com 43min56seg, com mais de um minuto de vantagem para o segundo colocado, Alex Dias de Souza, 45min03seg. Ademir da Cruz chegou em terceiro, 45min15seg. No feminino, Gabriela de Carvalho ganhou com a marca de 56min10seg, seguida por Licimara Felix, 58min49seg, e Marulú Lúcia Ferreira, 1h06min20seg.

O evento é uma realização do Adventure CLUB com patrocínio de CPFL Energia, apoio do Instituto CPFL e apoio institucional da prefeitura de Brotas. Mais informações no site www.adventurecamp.com.br

Liga Mundial

Seleção brasileira enfrenta a Rússia nesta sexta-feira



Jogadores do Brasil

Depois de uma primeira vitória, sobre o Canadá, a seleção brasileira masculina de vôlei volta ao Estádio Atlético Paranaense nesta sexta-feira (07) para o segundo jogo pela Fase Final da Liga Mundial. A equipe do Brasil terá a Rússia como segundo adversário nesta etapa da competição onde busca o décimo título.

Circuito Mundial

O confronto será às 15h05, no ginásio do voleibol montado na arena do futebol, com transmissão ao vivo da Globo e do SporTV.

Nesta quinta-feira (06), dia de folga do Brasil na tabela, acontecerão dois jogos: Rússia x Canadá, às 15h05, e Sérvia x Estados Unidos, às 17h40.

Contando com jogadores novos, a seleção russa segue preocupante. “É uma equipe nova, com jogadores jovens, mas com características de sempre, com atletas gigantesco. A exemplo do que aconteceu com os Estados Unidos, é um time que cresceu dentro da competição. Então, chega neste momento muito bom e estamos estudando bastante para montar uma estratégia interessante para derrubar esses gigantes”, concluiu Renan Dal Zotto.

O Brasil chega para a disputa da Fase Final depois de nove partidas e seis vitórias conquistadas na etapa de classificação. A seleção verde e amarela é a maior vencedora da Liga Mundial, com nove títulos, conquistados em 1993, 2001, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2009, 2010. Para a Fase Final da Liga Mundial, que vale o título de 2017 da competição, a venda de ingressos acontece através do link <http://www.ingressoscap.com.br/>.

Contando com jogadores novos, a seleção russa segue preocupante. “É uma equipe nova, com jogadores jovens, mas com características de sempre, com atletas gigantesco. A exemplo do que aconteceu com os Estados Unidos, é um time que cresceu dentro da competição. Então, chega neste momento muito bom e estamos estudando bastante para montar uma estratégia interessante para derrubar esses gigantes”, concluiu Renan Dal Zotto.

O Brasil chega para a disputa da Fase Final depois de nove partidas e seis vitórias conquistadas na etapa de classificação. A seleção verde e amarela é a maior vencedora da Liga Mundial, com nove títulos, conquistados em 1993, 2001, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2009, 2010. Para a Fase Final da Liga Mundial, que vale o título de 2017 da competição, a venda de ingressos acontece através do link <http://www.ingressoscap.com.br/>.

Agatha e Duda também venceram duas vezes na estreia em Gstaad. Primeiro superaram as italianas Marta Menegatti e Rebecca Perry por 2 sets a 0 (21/19, 21/15), em 35 minutos. A segunda vitória foi contra as ucranianas Davidova e Shchypkova, também em sets diretos, 21/19, 21/14, em 35 minutos.

A parceria decide o primeiro lugar do grupo C nesta quinta contra as canadenses Bansley e Wilkerson. Fernanda Bert e Bárbara Seixas também tiveram dois triunfos na abertura da fase de grupos. As primeiras ‘vítimas’ do dia foram as holandesas Sinema e Stubbe, que fo-

ram superadas por 2 sets a 0 (21/10, 23/21), em 32 minutos.

O segundo duelo foi contra o time norte-americano formado pela tripla olímpica Kim Waldby e sua noiva, Nicole Brangsh. As brasileiras venceram por 2 sets a 1 (21/18, 21/23, 15/11), em 53 minutos. A disputa pela liderança do grupo H será contra as suíças Heidrich e Verge-Deprez, nesta quinta-feira.

Elize Maia e Tatiana também tiveram duas vitórias no grupo A, superando na estreia as finlandesas Taru Lahti e Riikka Lehtonen, por 2 sets a 0 (21/14, 20/22, 17/15), em 53 minutos. O segundo triunfo foi so-

bre as donas de casa, as suíças Nina Betschart e Tamja Huberli, também no tie-break, com parciais de 15/21, 21/17, 15/12, em 46 minutos. Fechando participação na chave eludiam contra as irmãs ucranianas Inna e Iryna Makhno, nesta quinta.

A única dupla que não conseguiu vencer nesta quarta-feira foi a formada por Juliana e Carolina Horta. Elas acabaram superadas pelas canadenses Sarah Pavan e Melissa Humana-Paredes por 2 sets a 0 (21/13, 21/17), e pelas norte-americanas Kelly Claes e Sara Hughes, por 2 sets a 0 (21/14, 20/22, 17/15), ambos os jogos em 31 minutos de dura-

ção. Elas ainda jogam contra as espanholas Elsa Baquerizo e Amara Navarro nesta quinta-feira, pelo grupo E, tentando conseguir uma vaga à repescagem.

O Major Series de Gstaad distribui 600 mil dólares em prêmios aos atletas, além de 1.200 pontos de dupla campeã. Este é o 18º ano consecutivo que a cidade recebe uma etapa, sendo um dos torneios mais tradicionais do circuito e um dos preferidos dos atletas, aos pés dos Alpes. O Brasil é o maior vencedor na Suíça, com 17 outros sendo nove entre as mulheres e oito entre os homens.